



LEI Nº 1.747/2018, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
ERTIFICO QUE AOS 05 / 11 / 2018 roi DEI U: 1.747/2018, de 05 de Uniumbro de 2018
, etravés de adiacção no écio da Prefeitara Municipal de fuesos, em área de completo acasso cáblico, nos termos da Lei Yunicipal nº. 760 / 2601, de 18 de maio de 2001.
Dou fé.
Russes-CE., D5 2018
Procurador de Município
A Câmere Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Russas, Estado de Ceará, aprova e eu Raimundo Weber de Araújo, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a aquisição de Veículos pesados (caminhão compactador para resíduos sólidos), Rolo Compactador Vibratório, Placa Compactadora Reversível (sapo mecânico), picador Triturador de galhos rebocável, Softwares, Projeto de Modernização da Iluminação Pública, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

- Art. 2°. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1°, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei n° 4.320/1964.
- Art. 3°. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
  - Art. 4°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos

Per !



adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5°. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1°, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, especificamente as Leis municipais n°s 1.695 de 08 de fevereiro e 1.718 de 08 de maio de 2018 as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Russas, aos 05 de novembro de 2018.

Raimundo Weber de Araújo Prefeito Municipal